



Câmara dos Deputados

PDL 107/2022

Autor: Alexandre Frota

**Data da
Apresentação:** 22/04/2022

Ementa: Susta os efeitos do Decreto de 21 de abril de 2022, do Poder Executivo, que concedeu graça constitucional a Daniel Lucio da Silveira, Deputado Federal, condenado pelo Supremo Tribunal Federal em 20 de abril de 2022.

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Devolva-se a proposição, com base no artigo 137, § 1º, inciso II, alínea "b", do RICD, por não sustar ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal. Publique-se.

Em

